

# O CURRÍCULO NA ÁREA DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA EM PORTUGAL<sup>1</sup>

## THE CURRICULUM IN THE AREA OF THE PORTUGUESE LANGUAGE FOR THE FIRST CHILDHOOD IN PORTUGAL

## EL CURRICULUM EN LA AREA DE LA LENGUA PORTUGUESA EN LA PRIMERA INFANCIA EN PORTUGAL

\**Ângela Maria Franco Martins Coelho de Paiva Balça*

\*\**Fernando José Fraga de Azevedo*

**RESUMO:** O presente artigo debruça-se sobre a questão do currículo na área da língua portuguesa para a educação pré-escolar em Portugal. Os nossos objetivos são compreender que aceção de currículo é adotada e como é perspectivado o currículo, para a área da língua portuguesa. A nossa metodologia centra-se na análise de conteúdo de determinados documentos oficiais que enformam este currículo. As principais conclusões são: o currículo mostra-se bastante flexível e é construído em conjunto com diversos atores, como os profissionais para a infância, as crianças e as famílias; a aquisição e o desenvolvimento da língua portuguesa são encarados como algo transversal, contribuindo para um entendimento da língua como uma matriz de identidade e como uma questão de cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo. Língua Portuguesa. Primeira infância. Educação Pré-Escolar.

### INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos abordar o currículo na área da língua portuguesa para a primeira infância, em Portugal. A educação pré-escolar, em Portugal, vem referida na Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) (LBSE) e o seu currículo é orientado por um documento nacional, as *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar* (1997) (Orientações Curriculares). Porém, outros documentos ainda enformam o currículo para a área da língua portuguesa na educação pré-escolar, dos quais salientamos a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e o Plano Nacional de Leitura (PNL).

---

<sup>1</sup>Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) no âmbito do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho).

\* Doutorada em Ciências da Educação pela Universidade de Évora. Professora Visitante na UNESP. Integra a Rede Internacional de Universidades Leitoras (RIUL). E-mail: apb@uevora.pt.

\*\* Doutor em Ciências da Literatura e membro do Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), sendo o responsável pela linha de pesquisa “Produções Culturais para as Crianças”. Integra o Observatório de Literatura Infante-Juvenil (OBLIJ) e a Rede Internacional de Universidades Leitoras (RIUL). E-mail: fraga@ie.uminho.pt

Entendemos que, dentro do âmbito mais vasto do currículo para a educação pré-escolar, assume especial relevo o currículo na área da língua portuguesa para a primeira infância. Na verdade, a língua portuguesa é a língua materna do país e será através dela que as crianças irão pensar, expressar-se, comunicar, aprender, ser avaliadas, enfim será através da língua portuguesa que se constituirão como cidadãos livres, atuantes, críticos no mundo onde irão viver.

A aquisição, a aprendizagem e o desenvolvimento da língua materna inicia-se desde o berço, na família e no meio em que a criança cresce. A instituição de educação pré-escolar, nas suas valências de creche e jardim-de-infância, contribui decisivamente para este desiderato. Em última instância, o grande objetivo é auxiliar as crianças, é ser o seu andaime em termos linguísticos, porque “Falar, escrever, comunicar bem em língua portuguesa é cultivar a exigência, a disciplina, o rigor e o respeito cívicos – é fazer-se entender. Eis a grande exigência que se nos pede.” (MARTINS, 2007, p. 18).

Reis (2007, p. 09) alerta para o facto da “necessidade de encararmos o ensino do português como um imperativo nacional e uma questão de Estado.”. E esta ideia de Reis (2007) é sustentada em três premissas que se iniciam, quanto nós, logo na educação pré-escolar e na aquisição e desenvolvimento da língua portuguesa com crianças na primeira infância.

Assim, a primeira premissa coloca a língua e o seu ensino como um problema cultural, envolvendo a nossa identidade, o lastro de valores e de representações que a sustentam, os textos (e particularmente os textos literários) em que esses valores e representações são elaborados e a memória de uma língua que tem um passado, um presente e um futuro que importa conhecer, analisar e tentar antecipar. (REIS, 2007, p. 07).

Uma outra ideia apresentada por Reis (2007), coloca a língua portuguesa e o seu ensino como uma questão de cidadania, apontando para um comprometimento de todos os falantes deste idioma em todo o mundo.

A última premissa, explicitada por Reis (2007), leva-nos para a língua e para o seu ensino, apresentando a pluralidade de atores e cenários que concorrem para que o indivíduo possa adquirir e desenvolver a sua língua.

Na verdade, Reis (2007) coloca-nos perante princípios gerais, passíveis de integrar um possível currículo para a área da língua portuguesa, que se começa a consubstanciar desde a primeira infância, logo na creche e posteriormente no jardim-de-infância.

Deste modo, neste artigo, começaremos por apresentar o conceito de currículo que nos guia. Abordaremos, em seguida, os documentos legais para a primeira infância, em Portugal,

colocando especial ênfase no currículo para a língua portuguesa, na educação pré-escolar. Terminaremos esta discussão com as considerações finais.

## **O CURRÍCULO NA ÁREA DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA**

Na educação pré-escolar, em Portugal, há um conjunto de documentos, que iremos abordar neste ponto, que de algum modo enformam o currículo da área da língua portuguesa para a primeira infância.

Tomamos aqui a aceção de currículo avançada por Roldão (2008), que afirma que o currículo é:

aquele corpo de aprendizagens, resultante de todo o conhecimento proporcionado, de todas as metodologias desenvolvidas, de todos os recursos disponibilizados nas diferentes áreas – que deve ser garantido pelas escolas e regulado pelo Estado (...), que deve ser regulado e controlado pela sociedade, para que saibamos se todos estão a ter aquilo a que têm direito. (ROLDÃO, 2008, p. 78)

Um currículo não neutro, construído social e culturalmente e com base na investigação na área, assim se nos afigura o currículo da área da língua portuguesa para a educação pré-escolar. As instituições educativas têm, no entanto, liberdade e autonomia para decidir como gerir e organizar este currículo, tendo em atenção “[...] as melhores maneiras de ensinar, os formatos de organização dos saberes que proporcionem mais e melhor aprendizagem, as formas mais eficazes de se organizarem, as respostas que provem resultar melhor em cada situação”. (ROLDÃO, 2008, p. 78)

Assim, a gestão, a organização, a decisão, em relação ao currículo, cabe à instituição de educação pré-escolar e aos educadores de infância que no seu quotidiano trabalham com as crianças, tendo em atenção que o currículo não é estático e é diariamente construído na relação entre os profissionais e as crianças. Nesta construção deverá ser tida em conta a vertente de carácter nacional do currículo, mas não será possível ignorar as vivências particulares e uma componente local inerente ao contexto onde se insere a instituição de educação pré-escolar.

Após explanarmos a aceção de currículo que nos guia, entramos agora nos documentos legais que configuram o currículo na área da língua portuguesa para a primeira infância.

A LBSE (Lei 46/86 de 14 de outubro), com algumas alterações, regulamenta a educação e o sistema educativo, em Portugal, desde 1986. No seu artigo 4.º vem explícito que

o sistema educativo português, entre outras, integra a educação pré-escolar que deve estabelecer uma estreita cooperação com a ação educativa das famílias. Na LBSE considera-se que a educação pré-escolar abrange as crianças dos 3 anos até à idade da entrada no ensino básico, que pode acontecer, *grosso modo*, entre os 5 e os 7 anos. Deste modo, a LBSE não considera as crianças dos 0 aos 3 anos, muitas delas hoje a frequentar as instituições de educação pré-escolar, na valência de creche. Para esta faixa etária há um vazio na LBSE, pressupondo-se que o seu cuidar e educação estão a cargo da família.

Em 2009, a LBSE sofreu algumas alterações, previstas na Lei 85/2009 de 27 de agosto. Neste documento legal, consagra-se “a universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade.” (PORTUGAL, 2009, p. 5635). Assim, o Estado tem de assegurar uma rede de educação pré-escolar, que abranja todas as crianças e que seja gratuita na sua componente educativa.

Vários são os objetivos, enunciados na LBSE, para a educação pré-escolar, relacionados com o bem-estar, a estabilidade, a segurança, a integração e o desenvolvimento da criança. Em relação ao currículo para a área da língua portuguesa, a LBSE é clara, no seu artigo 5.º, ponto 1, alínea f: “Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica” (PORTUGAL, 1986, p. 3069).

Parece-nos interessante deter o nosso olhar sobre este ponto legislativo. Na verdade, reconhece-se a importância de desenvolver, nas crianças em idade pré-escolar, as suas competências na área da expressão e comunicação. Muito embora estas competências possam abranger a linguagem não-verbal, pensamos que será fundamental que os profissionais da área apostem na linguagem verbal e, conseqüentemente, na aquisição, aprendizagem e desenvolvimento da língua portuguesa.

Será através da língua materna que a criança vai desenvolver o pensamento, a expressão e a comunicação, possibilitadores da estimulação da imaginação e da atividade lúdica. A capacidade de se expressar e de comunicar permitirá à criança interagir com o Outro, entrar no jogo simbólico, aprender acerca do mundo. Se o ambiente linguístico da criança for rico e estimulante, de acordo com Sim-Sim, Silva e Nunes (2008, p. 12), maiores serão os desafios e as “possibilidades de desenvolvimento cognitivo, linguístico e emocional” da criança. Contextos linguísticos de qualidade, potenciados pelo contacto e pela leitura de textos literários para a infância, fertilizam a imaginação da criança e, conseqüentemente, favorecem o brincar, o lúdico, o jogo simbólico.

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei 5/97 de 10 de fevereiro) que consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar, prevê como um dos objetivos desta, no seu artigo 10.º: “[...] Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;”(PORTUGAL, 1997, p. 671). Em nosso entender, alarga-se aqui o objetivo, já mencionado por nós, da LBSE; assume-se a importância da linguagem, nas suas múltiplas vertentes, para o estabelecer de relações, para o alargamento do conhecimento, para o desenvolvimento da sensibilidade estética, para aprender acerca do mundo. Reafirmamos, de novo, a importância e papel do educador de infância na promoção e na aposta na aquisição, aprendizagem e desenvolvimento da linguagem verbal por parte da criança. Se as outras linguagens não podem ser descuradas, a linguagem verbal é fundamental que seja objeto de uma aturada atenção, para que as crianças possam expressar-se e comunicar cada vez com mais frequência e correção na sua língua materna.

De facto, sendo a linguagem um dos instrumentos cognitivos mais importantes na construção/interiorização do conhecimento, e, portanto, no desenvolvimento académico das crianças, importa, sob o ponto de vista linguístico, trabalhar, com as crianças, a sua *atuação linguística oral*, iniciando a criança na participação em práticas linguísticas especializadas. Enquanto que na atuação linguística básica, a criança faz uso inconsciente e automatizado de um conhecimento da língua materna que é comum a todos os elementos da sua comunidade linguística, na atuação linguística especializada, em função de fatores sociais e culturais que favorecem a interação da criança com um ambiente diversificado e rico em produtos culturais e materiais impressos e em função do apoio e estímulo consciente, explícito e planificado do educador, de acordo com Fernandes (2004), com Silva, Martins e Cavalcanti (2012) e com Viana (2002) a criança amplia o conhecimento das dimensões morfo-lexical, sintática e semântico-pragmática da língua, aprendendo a utilizá-la em contextos plurais.

O currículo na área da língua portuguesa para a educação pré-escolar é fortemente marcado, em Portugal, pelo documento das Orientações Curriculares (1997). Publicadas pelo Ministério da Educação, em 1997, as Orientações Curriculares, na época, acabaram

por se tornar num documento-chave para a educação pré-escolar e tiveram um grande impacto nas práticas pedagógicas de educadores de infância mais jovens, que encontraram aí um caminho mais estruturado para a organização das suas actividades educativas. (DIONÍSIO E PEREIRA, 2006, p. 599).

Este documento, agregador do currículo e das práticas pedagógicas dos educadores de infância, é apenas um documento orientador e não prescritivo,

As Orientações Curriculares constituem um conjunto de princípios para apoiar o educador nas decisões sobre a sua prática, ou seja, para conduzir o processo educativo a desenvolver com as crianças. As Orientações Curriculares constituem uma referência comum para todos os educadores da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar e destinam-se à organização da componente educativa. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 13).

Nele podemos encontrar o princípio geral e os objetivos gerais para a educação pré-escolar, orientações globais para o educador, a organização do ambiente educativo e o currículo para as várias áreas de conteúdo a desenvolver, sem esquecer as questões relacionadas com a continuidade e com a intencionalidade educativa.

De acordo com este documento, ele não se constitui como um programa e também se distingue de algumas concepções de currículo, dado que estas Orientações Curriculares são “mais gerais e abrangentes, isto é, por incluírem a possibilidade de fundamentar diversas opções educativas e, portanto, vários currículos.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 13).

Na verdade, estamos perante um documento aberto, mas que tem uma marca bem visível ao nível do currículo para a área da língua portuguesa, de acordo com a concepção de currículo assumida por nós neste texto.

Retomemos os princípios gerais, passíveis de integrar um possível currículo para a área da língua portuguesa para a primeira infância, pressentidos em Reis (2007) e referidos anteriormente na Introdução a este artigo. Reis (2007) defende que o ensino da língua portuguesa não pode conceder em três premissas: a língua é uma questão da identidade, uma questão de cidadania e o seu ensino envolve uma pluralidade de atores e de cenários.

Estas premissas estão claramente presentes no currículo da área da língua portuguesa para a primeira infância, em concreto nas Orientações Curriculares. Assim, neste documento é explícita “[...] a valorização do ensino da língua portuguesa como matriz de identidade” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 66), apostando-se na transversalidade da língua em relação a todo o currículo. A língua portuguesa é aqui vista como “suporte de aquisições múltiplas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 66), indo justamente permitir a construção desta matriz de identidade de modo transversal em diálogo frutífero com todas as áreas do currículo.

Tomemos, como exemplo, os textos literários de potencial receção infantil. A Literatura é um dos mais poderosos recetáculos e veículos da língua, da cultura, dos símbolos, dos mitos, do imaginário, dos valores de um povo. Não será certamente por acaso que o Dia

de Portugal é também o Dia de Camões, que se comemora a 10 de junho, data em que se julga que terá morrido o insigne poeta.

Neste sentido, as Orientações Curriculares concebem o texto literário de potencial receção infantil como um poderoso instrumento em todas as áreas curriculares, concorrendo não só para a aquisição, aprendizagem e desenvolvimento da língua materna, mas também para o fertilizar e para a assunção da língua portuguesa como uma matriz de identidade. Assim, as histórias e a poesia, não só de autor, como também de fundo tradicional, marcam presença explícita em áreas aparentemente tão díspares como a matemática, a expressão musical, a expressão dramática, a expressão plástica ou a língua portuguesa. E a literatura, muito particularmente a literatura tradicional, consente às crianças a construção de uma identidade, de um imaginário que “permite-lhes sentirem-se pertença de um determinado universo, daquele e não de outro, partilhando ideias, valores, sentimentos, formas de ser, formas de estar, formas de ler o mundo.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 66).

Nas Orientações Curriculares, a língua portuguesa é também assumida como uma questão de cidadania. É claramente afirmado que “a aprendizagem da língua portuguesa torna-se essencial para [as crianças] terem sucesso na aprendizagem” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 66), sabendo nós que a atuação dos cidadãos é tanto mais crítica, competente e ativa quanto maior for o nível de literacia da sociedade onde se inserem. Desde a primeira infância, que a aquisição, aprendizagem e desenvolvimento da língua materna tem de centrar-se no uso da língua nas mais diversas situações e distintos contextos, de modo a promover o desenvolvimento social, cultural e ético das crianças. A missão da educação pré-escolar (e da escola) é também a de fornecer às crianças, em termos linguísticos, “os instrumentos adequados para lhes assegurar o acesso consciente e participativo ao exercício da cidadania.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 66).

O documento não deixa de chamar a atenção para a necessidade de domínio da língua portuguesa para as crianças cuja língua materna não é o português, apelando no entanto ao respeito por todas as línguas e culturas. De novo, aqui se coloca o tema da cidadania, não só neste apelo ao respeito pelo Outro, mas também neste imperativo do Outro ter acesso e dominar a língua portuguesa, para que melhor se possa inserir e atuar na sociedade. Na verdade, Costa (2015) afirma que, na escola, o Português assume-se “enquanto contexto privilegiado para o desenvolvimento de uma visão crítica, com graus de abrangência variáveis relativamente à mundividência do aluno, especialmente nos planos cultural e da educação para a cidadania.” (COSTA, 2015, p.24)

Na educação pré-escolar, em Portugal, a língua materna do Outro é também a língua portuguesa que, como afirma Agualusa (2015), “é esta criação coletiva de brasileiros, angolanos, portugueses, moçambicanos, cabo-verdianos, santomenses, guineenses e timorenses. (...) A minha língua é o resultado de toda esta festa.” (AGUALUSA, 2015, p. 48). Igualmente aqui nos deparamos com uma questão de cidadania, no desafio do convívio, da aceitação, da integração das variantes da língua portuguesa, que não o Português Europeu, faladas pelas crianças.

As Orientações Curriculares assinalam também o paradigma de que para aquisição e o desenvolvimento da língua materna concorrem contextos diversos e plurais e múltiplos atores, sendo que a compreensão e a produção linguística das crianças “deverão ser progressivamente alargadas, através das interações com o educador, com as outras crianças e com outros adultos.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 66). Na verdade, o processo de aquisição, de aprendizagem e de desenvolvimento de uma língua faz-se também com o contacto, com a interação com os falantes dessa língua, com a imersão da criança num ambiente onde a língua seja omnipresente, na pluralidade dos seus contextos e funções.

Deste modo, a família é o primeiro sustentáculo desta aquisição, aprendizagem e desenvolvimento da língua materna, não só pela imersão no contexto, que deve permitir e acolher a fala da criança, mas também pela possibilidade dada à criança de ser escutada. A creche e o jardim-de-infância, com todos os profissionais que aqui trabalham, são um outro pilar da aquisição, aprendizagem e do desenvolvimento da língua materna, pelas oportunidades criadas, caso estejamos perante ambientes educativos e linguísticos ricos e estimulantes para as crianças. Todas as experiências linguísticas que a sociedade pode proporcionar às crianças são igualmente elementos valiosos para a aquisição, aprendizagem e desenvolvimento da língua materna, consubstanciando-se estas na pluralidade de atores e contextos onde as crianças vivem ou que as mesmas visitam.

No documento das Orientações Curriculares, o currículo da área da língua portuguesa para a primeira infância plasma-se efetivamente na área de conteúdo - Área de Expressão e Comunicação – no domínio intitulado Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita. De facto, nesta área de conteúdo estão englobados diversos domínios, sendo esta área considerada como fundamental, uma vez que “engloba as aprendizagens relacionadas com o desenvolvimento psicomotor e simbólico que determinam a compreensão e o progressivo domínio de diferentes formas de linguagem.”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 56)



Destacamos pois, mais uma vez, a importância da transversalidade da língua portuguesa, dado que será através da aquisição, aprendizagem e do desenvolvimento da língua materna que a criança irá estruturar o pensamento, expressar-se, comunicar e apropriar-se dos distintos códigos de domínios aparentemente tão distintos como o das expressões (motora, dramática, plástica e musical) ou o domínio da matemática. Importa perceber que o documento insiste numa articulação entre a língua materna e todos estes domínios, assente numa perspetiva globalizante, uma vez que a aquisição e a aprendizagem destes diferentes códigos, mediada pela aquisição e aprendizagem da língua portuguesa, serão “indispensáveis para a criança representar o seu mundo interior e o mundo que a rodeia.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 56).

O Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita, no documento, divide-se em três partes: Linguagem Oral, Linguagem Escrita e Novas Tecnologias. Se estas divisões podem ajudar o profissional na leitura do documento, elas não favorecem, quanto a nós, a compreensão de que a aquisição e o desenvolvimento da linguagem oral são fundamentais para o desenvolvimento da literacia emergente e conseqüente apropriação da leitura e da escrita.

Na parte da Linguagem Oral, assume-se como objetivo principal para o currículo para a área da língua portuguesa, na educação pré-escolar, a “aquisição de um maior domínio da linguagem oral.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 66) Aposta-se, assim, no educador de infância que se tem de assumir como um modelo linguístico para as crianças. Cabe, então, ao educador de infância, criar na sua sala um clima de comunicação entre ele e as crianças e entre as próprias crianças. O ambiente educativo e linguístico da sala tem de ser rico e estimulante, adotando o educador de infância o papel de andaime, empenhando-se em promover o interesse da criança em comunicar, proporcionando-lhe diferentes situações de comunicação e possibilitando-lhe um progressivo domínio da sua língua materna, realçando-se, no documento, o alargar do vocabulário, a construção de frases mais corretas e complexas ou mesmo a apropriação das diferentes funções da linguagem.

Preconiza-se, neste documento, que a aquisição e o desenvolvimento da língua materna devem fundar-se na exploração do carácter lúdico da linguagem, permitindo às crianças descobrir o prazer em brincar com as palavras, com os seus sons, desvendando as relações entre elas. Perpassa, deste modo, a noção de que a língua materna pode ser um objeto de fruição, colocando-se a ênfase nos aspetos lúdicos e afetivos que podem entremear a relação das crianças com a sua língua materna.

Deste modo, composições como rimas, lenga-lengas, trava-línguas, adivinhas ganham lugar de destaque, apontando o documento a sua importância como formas da tradição e da cultura portuguesa. A poesia assume-se, neste contexto, como “um meio de descoberta da língua e de sensibilização estética.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 67). A Literatura assume, assim, explicitamente, um papel preponderante na aquisição, aprendizagem e no desenvolvimento da língua materna, potenciando e promovendo, em simultâneo, uma educação estética.

De notar, ainda, no documento, a chamada de atenção para as questões da comunicação não-verbal. Nele se refere a sua importância, por ela se constituir como um suporte da comunicação oral.

Na parte da Linguagem Escrita, dentro Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita, insiste-se na importância da familiarização da criança com o código escrito, já na educação pré-escolar. O documento acentua que as crianças, ao chegarem à educação pré-escolar, já possuem algumas ideias sobre o código escrito, sendo por isso função do educador de infância permitir à criança o contacto com a escrita, possibilitando o desenvolvimento da literacia emergente. Notamos o alerta das Orientações Curriculares sobre a natureza desta emergência da escrita, nestas faixas etárias, pois “Não se trata de uma introdução formal e “clássica” à leitura e escrita” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 65), aspeto demasiadas vezes ignorado pelos profissionais de educação de infância.

Deste modo, a atitude do educador de infância e a qualidade literária do ambiente educativo determinam o sucesso desta emergência da leitura e da escrita na educação pré-escolar. As tentativas de escrita da criança deverão, obrigatoriamente, ser valorizadas pelo adulto, não esquecendo que a primeira forma de escrita é o desenho das crianças. Será fundamental que as crianças tenham a ocasião de imitar a escrita e a leitura, colocando ao alcance destas material de escrita e bons livros para crianças. O educador de infância terá de criar oportunidades de escrita e de leitura que possibilitem às crianças compreender que a escrita é um código com várias regras próprias e com distintas funções. Escrever com e para as crianças, ler para e com as crianças serão atitudes fundamentais dado que “A forma como o educador utiliza e se relaciona com a escrita é fundamental para incentivar as crianças a interessarem-se e a evoluírem neste domínio.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 71).

Nesta secção da Linguagem Escrita encontramos, ainda, nas Orientações Curriculares, uma referência às bibliotecas. Esta menção parece-nos de grande importância e interesse,

dado que todos os agrupamentos de escolas públicas possuem uma biblioteca escolar e que todos os concelhos do país estão dotados de uma biblioteca pública. Em todos estes equipamentos, de um modo geral, encontramos atividades programadas para as crianças em idade pré-escolar, nomeadamente a Hora do Conto. O documento realça que o contacto e a frequência de bibliotecas podem contribuir para o desenvolvimento do gosto e do interesse pelo livro, pela leitura, pela escrita, sendo desejável que o educador de infância possibilite a oportunidade às crianças de conhecer e compreender as bibliotecas como espaços de lazer e de cultura.

O Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita encerra ainda a divisão Novas Tecnologias, sendo que as “[...] novas tecnologias da informação e comunicação são formas de linguagem com que muitas crianças contactam diariamente.”(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 72), sendo esta a justificação apresentada para a sua inserção neste Domínio. Chama-se aqui a atenção do educador de infância para a possibilidade das tecnologias da informação e comunicação sensibilizarem e permitirem à criança expressar-se e comunicar através de outros códigos, de forma lúdica, sendo assim potenciadores da aquisição, aprendizagem e do desenvolvimento da própria língua materna.

Em 2016, encontra-se em Portugal, para discussão pública, o novo documento *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*, que apresenta uma estrutura idêntica ao documento de 1997, em vigor no sistema educativo português atualmente. Caso o documento de 2016 venha a ser publicado sem alterações ao texto agora proposto, notamos um claro assumir, a despeito da legislação vigente, de uma unidade na pedagogia para a infância. Pretende-se então que o educador de infância tenha um trabalho concertado, com fundamentos similares e com princípios comuns, com todas as crianças, desde os 0 aos 6 anos, apostando-se assim na continuidade educativa entre a creche e o jardim-de-infância.

No que diz respeito ao currículo na área da língua portuguesa para a educação pré-escolar, este novo documento mantém a mesma linha de pensamento/atuação do anterior. Assim, continua-se a entender a língua portuguesa como uma questão de cidadania e como uma matriz de identidade; valorizam-se na mesma os múltiplos atores e distintos contextos que contribuem para a aquisição, aprendizagem e desenvolvimento da língua materna; de modo idêntico, encara-se a transversalidade da língua, presente em todas as áreas de conteúdo, fundamental para o desenvolvimento de várias competências como a linguística, a comunicativa, a pragmática, a sociocultural, a estética, a ética. A aquisição, aprendizagem e

desenvolvimento da língua, quer na sua vertente oral quer na sua vertente escrita, permanece com uma perspetiva holística, globalizante.

Nos últimos dez anos, o currículo para a área da língua portuguesa para a primeira infância tem sido marcado, de forma indubitável, pelo PNL. Lançado em 2006, numa parceria entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, o PNL aposta, em primeira linha, na formação de leitores desde as idades mais precoces, dando por isso mesmo prioridade às crianças entre os 0 e os 12 anos. Tendo estabelecido uma consistente interface com a Rede de Bibliotecas Escolares, o PNL fornece, através destas, às instituições de educação pré-escolar, livros de qualidade literária, estética, informativa para serem utilizados e trabalhados com as crianças.

Na verdade, não só um maior afluxo de bons livros às instituições de educação pré-escolar como também uma grande aposta em atividades em redor da leitura e da escrita acabaram por contribuir para enformar mais solidamente o currículo da área da língua portuguesa para a primeira infância.

Deste modo, salientamos as listas de livros recomendadas pelo PNL para a educação pré-escolar. Elas constituem-se como um rol de livros indicados para as mais diversas idades, começando nas crianças dos 6 aos 12 meses. Assim, os educadores de infância que trabalham nas valências de creche ou de jardim-de-infância têm ao seu dispor um conjunto de obras, selecionadas por um grupo de especialistas, para explorarem com as suas crianças. De salientar que se recomenda ao educador de infância que tenha a preocupação de “Escolher obras muito variadas para que as crianças contactem com grande diversidade de autores, de temas, de estilos, de ilustrações.”(<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/escolas/suborientacoes.php?idSubtopicoOrientacao=3>).

O PNL disponibiliza aos educadores de infância uma brochura, intitulada *Orientações para Atividades de Leitura – Programa Está na Hora dos Livros – Jardim de Infância*, onde podemos pressentir o modo como este programa nacional contribui para o currículo na área da língua portuguesa para a primeira infância.

Assim, salientamos o lugar de grande destaque que é dado ao livro e à leitura. Estas questões, já presentes noutros documentos para a educação pré-escolar, reforçaram-se muito na prática dos educadores de infância, que as compreenderam como sendo fundamentais para a aquisição, aprendizagem e o desenvolvimento da língua materna, tanto na sua vertente oral como na sua vertente escrita.

Por outro lado, o PNL, também através da brochura, acima referida, levou para dentro das instituições de educação pré-escolar, com grande vigor, a literatura para a infância, potenciando em grande medida a promoção de uma educação literária. Com o PNL foi notória a preocupação de aproximar as crianças de livros de qualidade literária e estética. As crianças começaram a conhecer autores, ilustradores, editoras bem como a saber e a compreender o significado de todo o léxico em redor do livro – capa, contracapa, lombada, guardas, título, editor, autor, ilustrador, prefácio, posfácio, entre outros.

A leitura, a Hora do Conto foram estimuladas e são hoje práticas comuns, muitas vezes diárias, nas creches e nos jardins-de-infância. E com estas práticas, a educação literária entrou definitivamente no currículo da área da língua portuguesa para a primeira infância. Manusear os livros, ouvir ler e ler histórias e, sobretudo, permitir que as crianças tenham voz, escutá-las, possibilitar que elas falem dos livros, através de múltiplas linguagens, com as suas próprias palavras, com o seu próprio olhar e conhecimento do mundo são ganhos incomensuráveis “na aceitação do direito à aventura individual sobre a linguagem” .

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo procurámos discutir o currículo na área da língua portuguesa para a primeira infância. Sabendo da importância da existência de um currículo para a educação pré-escolar, parece-nos essencial que os educadores de infância tenham uma atenção particular para o currículo na área da língua portuguesa. Afinal é através da língua materna que as crianças pensam, se expressam, comunicam; é também através da língua portuguesa que as crianças, ao longo da sua vida, aprendem e são avaliadas; por fim, é ainda através da língua materna que as crianças brincam, se divertem, fruem, estabelecendo com a sua língua uma relação de prazer e de afeto.

O currículo na área da língua portuguesa para a primeira infância consubstancia a importância da língua portuguesa, como uma matriz de identidade e como uma questão de cidadania que une todos os falantes da mesma, espalhados pelo mundo “Pátria de várias pátrias e de várias culturas, a língua portuguesa não é propriedade de alguém, é património comum, é domínio que tem de ser cultivado, estudado, defendido, salvaguardado.” (MARTINS, 2007, p. 18). Cabe à família e aos educadores de infância promover a aquisição, aprendizagem e o desenvolvimento da língua portuguesa nas crianças, educando-as na compreensão de que significa socialmente, culturalmente, esteticamente ser falante de uma língua e o que ela representa em termos de identidade e de valores.

A transversalidade da língua é também uma marca do currículo da língua portuguesa para a primeira infância. Esta transversalidade marca forte presença em todas as áreas de conteúdo, destacando nós a ênfase que a Literatura adquire no currículo da educação pré-escolar.

Assim, estando a educação pré-escolar consagrada e regulamentada na legislação portuguesa, podemos afirmar que o currículo na área da língua para a primeira infância é uma realidade bem explícita nos diversos documentos que o enformam. A língua é encarada como uma realidade viva, como um instrumento comunicativo, como uma ferramenta heurística fundamental para o desenvolvimento social, cultural, estético, ético da criança.

## **THE CURRICULUM IN THE AREA OF THE PORTUGUESE LANGUAGE FOR THE FIRST CHILDHOOD IN PORTUGAL**

**ABSTRACT:** This article focuses on the curriculum significance in the area of the Portuguese language for pre-school education in Portugal. Our goals are to understand which curriculum aspect is adopted and understand how it is conceived within the Portuguese language. Our methodology focuses on content analysis of certain official documents that shape this curriculum. The main conclusions are: the curriculum is very flexible and is built together with various actors, such as professionals for children, children and families; the acquisition and development of the Portuguese language are seen as something wide, contributing to an understanding of language as a matter of identity and as a question of citizenship.

**KEYWORDS:** Curriculum. Portuguese Language. Childhood. Pre-school Education.

## **EL CURRÍCULO EN LA AREA DE LA LENGUA PORTUGUESA EN LA PRIMERA INFANCIA EN PORTUGAL**

**RESUMEN:** Este artículo se centra en el análisis del currículo en el área de la lengua portuguesa en la educación preescolar en Portugal. Nuestros objetivos son comprender cuál es el significado del currículo que se adopta y qué visión se tiene de este en el área de la lengua portuguesa. La metodología de nuestro estudio se centra en el análisis del contenido de determinados documentos oficiales que dan forma a este currículo. Las principales conclusiones a las que llegamos son las siguientes: el currículo es muy flexible y lo constituyen varios actores, como los profesionales para los niños, los propios niños y sus familias; la adquisición y el desarrollo de la lengua portuguesa son abordados en este como algo transversal, lo que contribuye a una comprensión del lenguaje como una matriz de identidad y como una cuestión de ciudadanía.

**PALABRAS CLAVE:** Curriculum. Lengua Portuguesa. Primera Infancia. Educación Preescolar.

## REFERÊNCIAS

AGUALUSA, J. E. Um brinquedo de criar prodígios. *Courrier Internacional*, Paço de Arcos, n. 234, p. 48, ago. 2015.

COSTA, P. L. Algumas notas sobre o discurso oficial para o Português: as Metas Curriculares e a educação literária. *Nuances: estudos sobre Educação*, n. 3, set./dez. 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/3691/3145>. Acesso em: 30 mar. 2016.

DIONÍSIO, M. L.; PEREIRA, I. A educação pré-escolar em Portugal. Concepções oficiais, investigação e práticas. *Perspectiva*, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1664/1412>. Acesso em: 22 mar. 2016.

FERNANDES, P. Literacia emergente. In: LOPES, J.; VELASQUEZ, G.; FERNANDES, P.; BÁRTOLO, V. N. *Aprendizagem, Ensino e Dificuldades da Leitura*. Coimbra: Quarteto, 2004, p. 53-94.

MARTINS, G. O. Língua Portuguesa – Ensinar um valor, preservar uma herança. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS, 2007, Lisboa. *Actas*. Lisboa: Ministério da Educação, 2007. p. 13-18.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa, 1997. Disponível em: [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/orientacoes\\_curriculares\\_pre\\_escolar.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/orientacoes_curriculares_pre_escolar.pdf). Acesso em: 23 mar. 2016

PLANO NACIONAL DE LEITURA Disponível em: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/escolas/suborientacoes.php?idSubtopicoOrientacao=3>. Acesso em: 23 mar. 2016

PORTUGAL. Lei 46/86, de 14 de outubro de 1986. Lei de Bases do Sistema Educativo. Disponível em: [http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/AE6762DF-1DBF-40C0-B194E3FAA9516D79/1766/Lei46\\_86.pdf](http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/AE6762DF-1DBF-40C0-B194E3FAA9516D79/1766/Lei46_86.pdf). Acesso em: 29 mar. 2016

PORTUGAL. Lei 5/97, de 10 de fevereiro. Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar. Disponível em: [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei-quadro\\_educacao\\_pre-escolar.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei-quadro_educacao_pre-escolar.pdf). Acesso em: 06 mar. 2016

PORTUGAL. Lei 85/2009, de 27 de agosto. Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré -escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Disponível em: [http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Lei\\_de\\_Bases\\_2009.pdf](http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Lei_de_Bases_2009.pdf). Acesso em: 06 mar. 2016

REIS, C. Apresentação de conferência. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS, 2007, Lisboa. *Actas*. Lisboa: Ministério da Educação, 2007. p. 7-11.

ROLDÃO, M. C. *Gestão do Currículo e Avaliação de Competências. As questões dos professores*. Lisboa: Editorial Presença, 2008

SILVA, C.V.; MARTINS, M.; CAVALCANTI, J. (Coord.). *Ler em Família, Ler na Escola, Ler na Biblioteca: Boas Práticas*. Porto: ESEPF, 2012. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/665>. Acesso em: 07 abr. 2016

SIM-SIM, I; SILVA, A. C.; NUNES, C. *Linguagem e Comunicação no Jardim-de-Infância*. Lisboa: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2018/1/Linguagem%20e%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20no%20Jardim-de-Inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016

VIANA, F. L. *Melhor Falar para Melhor Ler. Um programa de Desenvolvimento de Competências Linguísticas (4-6 anos)*. Braga: Centro de Estudos da Criança / Universidade do Minho, 2002.

Recebido em junho de 2016.

Aprovado em dezembro de 2016.